

CLÍNICA PSICANALÍTICA IMPLICADA: CONEXÕES COM A CULTURA, A SOCIEDADE E A POLÍTICA

Miriam Debieux Rosa¹
Ivan Ramos Estêvão
Ana Paula Musatti Braga
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, Brasil

RESUMO. Este artigo aborda os dilemas do avanço da psicanálise quando leva em conta certas problemáticas, tais como exclusão social, racismos e situações outras desse gênero. Essas questões emergem quando o psicanalista oferece sua escuta na *pólis*: em instituições de saúde, de assistência ou de educação, em comunidades. Tais práticas psicanalíticas que denominamos aqui de clínico-políticas se dão nos limites do campo psicanalítico e incitam ao diálogo necessário com outros campos de conhecimento. Também convocam ao aprofundamento dos conceitos e à criação de dispositivos clínicos condizentes com a dimensão sociopolítica do sofrimento. Na primeira parte do artigo, abordamos o avanço teórico da psicanálise em relação à teoria da cultura. Na construção da psicanálise, Freud articula clínica, teoria e questões sociais. A partir dele, no entanto, o avanço teórico da psicanálise na sua interface com a cultura aparentemente privilegiou os fatos artísticos e religiosos, em detrimento da dimensão política, econômica e social. Na segunda parte, apresentamos nossa concepção de psicanálise clínico-política ou a de psicanálise implicada.

Palavras-chave: Psicanálise e política; cultura; sofrimento.

PSYCHOANALYTIC CLINIC IMPLICATED: CONNECTIONS WITH CULTURE, SOCIETY AND POLITICS

ABSTRACT. This article addresses the dilemmas of the advancement of psychoanalysis when taking into account certain problems, such as social exclusion, racism and others. These issues emerge when the psychoanalyst offers his or her listening in the *pólis*: in health care, assistance or education institutions, in communities. Such clinical-political psychoanalytic practices find the limits of its field and encourage the necessary dialogue with other fields of knowledge. On the other hand, they encourage the deepening of concepts and the creation of clinical devices compatible with the sociopolitical dimension of suffering. In the first part of the article, we discuss present the way that Freud articulates clinical practice, theory and social issues. Since then, however, the theoretical advance of psychoanalysis in its interface with culture has privileged artistic and religious facts, at the expense of the political, economic and social dimension. In the second part, we present our conception of clinical-political psychoanalytic or implicated psychoanalysis.

Keywords: Psychoanalysis and politics; culture; suffering.

CLÍNICA PSICOANALÍTICA IMPLICADA: CONEXIONES CON LA CULTURA, LA SOCIEDAD Y LA POLÍTICA

RESUMEN. En este artículo se analiza los dilemas del avance del psicoanálisis que, se tiene en cuenta ciertas cuestiones como la exclusión social, el racismo entre otras. Estas preguntas surgen cuando el psicoanalista ofrece su escucha en la ciudad: en las instituciones de salud, educación o asistencia, en las comunidades. Tales prácticas psicoanalíticas clínico políticas encuentran los límites de su campo y fomentan el diálogo necesario con otros campos del conocimiento. Instan, por el contrario, a la profundización de los conceptos y a la creación de dispositivos compatibles con la dimensión sociopolítica del sufrimiento. En la primera parte del artículo se discute el avance de la teoría del psicoanálisis en su interrelación con la cultura. En la construcción del psicoanálisis, Freud articula clínica, teoría y problemas sociales. A partir de ella, sin embargo, el avance teórico del psicoanálisis en su interfaz con las

¹ E-mail: debieux@terra.com.br

manifestaciones artísticas de la cultura y la dimensión religiosa son privilegiadas más que las dimensiones políticas, económicas y sociales. En la segunda parte presentamos nuestra concepción del psicoanálisis clínico política o el psicoanálisis implicado.

Palabras-clave: Psychoanalysis and politics; cultura; sufrimiento.

Parte 1: Contextualização da articulação entre psicanálise e sociedade

Este artigo tem como objetivo abordar os dilemas do avanço da psicanálise a partir dos problemas que a atualidade incita. A complexidade de tais problemas estimula o diálogo necessário com outros campos de conhecimento diante dos limites de cada campo teórico para abordá-los isoladamente. A psicanálise depara-se também com certas problemáticas que não chegam aos consultórios particulares, mas que são frequentes em instituições ou outros lugares da cidade onde o psicanalista oferece sua escuta. Nesses novos espaços comparece com maior nitidez a dimensão sociopolítica do sofrimento e faz-se necessário debruçar-se sobre os conceitos psicanalíticos e as suas extensões, para criar dispositivos clínicos condizentes às questões do sujeito enredadas às institucionais, sociais e políticas.

Em uma primeira aproximação do problema, abordamos o avanço teórico da psicanálise em relação à construção de uma teoria da cultura, mas constantemente apartado da dimensão política. Na segunda parte do artigo, tratamos da nossa concepção de clínica-política e da psicanálise implicada.

A articulação da teoria psicanalítica com outros campos como a sociologia, a economia, a antropologia e a história é notória. Na verdade, assumimos que a psicanálise não se sustenta enquanto um campo de saber se não houver essa intersecção. Daí que, desde o princípio, a psicanálise está aberta a esse diálogo de fronteiras, podendo-se dizer que, ao mesmo tempo em que se sustenta a partir disso (mas não só aí), também oferece elementos fundamentais no ponto onde outros campos oscilam.

Pode-se citar a apropriação que a teoria crítica faz da psicanálise, por exemplo, presente no debate constante de Claude Lévi-Strauss com a psicanálise freudiana; no caso de Marcuse, Adorno, Habermas e Honneth; nas leituras atuais que Žižek e Badiou fazem do campo social com ampla utilização da psicanálise; na influência da psicanálise na arte surrealista; no uso da psicanálise pelos educadores, entre outros intercâmbios. Para não deixar as referências muito amplas, indicamos a interessante coletânea de artigos intitulada *A Invenção Da Vida* (Souza, Tessler, & Slavutzky, 2001) que dá a medida dessa interligação ao apresentar diversos ensaios de arte e psicanálise escritos por autores que não são psicanalistas, mas fotógrafos, críticos de arte, historiadores, educadores, artistas plásticos, críticos literários e poetas.

Freud

A fronteira entre psicanálise e sociologia é tênue, ainda que delimitada. A incursão da primeira em relação à segunda acontece por exigência da prática psicanalítica no momento em que Freud se dá conta de que a problemática neurótica que leva ao sintoma inclui um componente que não se pode denominar de outra coisa que não moral. Se considerarmos o caso Dora, por exemplo, veremos que estão em jogo em sua neurose os desejos sexuais (homossexuais, edípicos, masturbatórios, entre outros) que conflitam com sua imagem de “boa moça”, imagem essa constituída como tentativa de se adequar aos parâmetros sociais (e, portanto, a partir de certos preceitos morais) (Freud, 1905/1998, p. 20). Vários outros casos também estão assentados nessa premissa. A problemática moral se torna tão fundamental na teoria e clínica freudiana que inicialmente ele pensa a teoria pulsional a partir daí (pulsões sexuais em conflito com pulsões do Eu), e mais tarde postulará uma instância psíquica para a função moral, o Supereu.

Logo, quando Freud se depara com o desejo em jogo nos processos neuróticos e, portanto, na clínica, avançando da teoria da sedução para a teoria da fantasia, também se vê às voltas com ter de lidar com esse componente moral que se opõe ao desejo em cada caso clínico. Isso o conduz a toda

uma elaboração que o leva a pensar: a) uma teoria da cultura; b) uma teoria da sociabilidade e; c) instrumentos conceituais de análise social.

Conforme nos ensina Estevão (no prelo), há, assim, uma mão dupla: ao mesmo tempo em que a psicanálise se vale de fenômenos culturais para dar suporte às suas descobertas e conceituações, a psicanálise também se torna um instrumento valioso de compreensão de fenômenos sociais e culturais. Isso se revela nos conhecidos textos sociais de Freud, mas o fato é que se propaga para diversos outros escritos, sempre em um triplo movimento de conjunção entre clínica/metapsicologia/cultura e sociedade.

A ideia do complexo de Édipo foi abordada por Freud de diversas formas e aquela que mais nos interessa aqui é a que aparece no *A Interpretação dos Sonhos* (1900/2005). A sequência é a seguinte: como dar consistência teórica à tese de que os sonhos são realizações alucinadas de desejos frente ao sonho comum da morte de um ente querido e próximo? Para isso, Freud se volta para o mito do Édipo e sua perpetuação; ou seja, porque uma história que foi pensada em outra cultura e um tempo distante ainda hoje possui efeitos dramáticos em nós? Ali Freud lança a ideia de um complexo universal de representações interligado a afetos (ainda não denominado de Édipo), em que a criança é tomada por desejos amorosos e hostis com relação aos seus pais. *Édipo-Rei*, como peça da cultura (e também *Hamlet*), é convocado para dar conta da universalidade do complexo de Édipo em um movimento que vai da clínica para a metapsicologia e que se universaliza na cultura (Freud, 1900/2005). Treze anos depois, em *Totem e Tabu*, Freud (1913/1997) localiza o Édipo e o tabu do incesto como o ponto inicial da própria cultura e sociedade.

Isso torna claro, a nosso ver, a importância dos pontos de intersecção entre psicanálise e outros saberes, que vai muito além de uma apropriação intelectual ou ainda de exercícios de erudição comuns a uma época. Esses pontos se tornam formas de alicerçar a teoria e a clínica psicanalítica.

Nesse sentido, Freud tratou como “aplicações” da psicanálise a outros campos do saber, as problemáticas que relacionavam o sujeito a um fenômeno social ou político. Esse exercício era praticado desde a Sociedade Psicológica das Quartas-feiras, criada em 1902, na qual transitavam discussões sobre a articulação da psicanálise não somente com a arte, mas também com a literatura, a mitologia e a história. O mesmo ocorreu a partir de 1908, na Sociedade Psicanalítica de Viena e em diversos de seus estudos. Tais propostas nos permitem entender que Freud sempre avançou a teoria implicando as questões sociais e marcando sua constante recusa em opor indivíduo e sociedade, isto é, reafirmando a indissociável relação entre um e outro. Essa posição é marcada de forma enfática na conhecida citação do *Psicologia das Massas e Análise do Eu*: “A psicologia individual é também, desde o início, psicologia social” (Freud, 1921/2001, p. 67).

Psicanálise, Sociedade e Capitalismo

No que tange à problemática política em Freud, quatro textos se tornam centrais, a saber, *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921/2001), *O Futuro de uma Ilusão* (1927/2004d), *O Mal-Estar na Cultura* (1929/2004c) e *Porque a Guerra?* (1933/2004b). No primeiro, Freud traça um panorama do ponto de vista libidinal de como se organizam os laços sociais e da relação dos grupos e massas com os líderes, a partir do conceito de ideal do Eu, libido, identificação e narcisismo. Ali estão construídas as bases de uma concepção política, que depois é ampliada no segundo texto. Em *O Futuro de uma Ilusão*, o que nos importa é a concepção freudiana de que a constituição psíquica está marcada por uma relação de poder, tal como aparece na vivência religiosa. O religioso restitui a perda da segurança infantil suposta no pai, no Édipo, transferindo essa mesma segurança para outro tipo de pai, endeusado. O problema é que essa segurança detém um preço: a submissão às exigências desse outro, supostamente protetor. Seguem-se as regras e o outro lhe oferece garantia e amparo (Freud, 1927/2004d). Trata-se aqui de uma teoria da submissão do ponto de vista psíquico e inconsciente que será retomada no texto do *Mal-Estar*.

O *Mal-Estar na Cultura* é o texto principal de Freud sobre sua teoria da cultura e as formas da sociabilidade a partir da conceituação psicanalítica. Lá está presente uma série de teses fundamentais do ponto de vista sociológico, assim como comparecem os elementos que serão cruciais como operadores de análises sociais. Até mesmo esboça um prognóstico da Revolução Russa à luz da

teoria da pulsão de morte. O que mais nos importa aqui é que nesse texto aparece uma concepção de poder e de desamparo.

O prognóstico sombrio de Freud sobre a Revolução Russa remete ao fato de que ele pouco tratou do capitalismo, ainda que tangenciasse o tema algumas vezes, como em seu texto sobre a *Weltanschauung* (Freud, 1933/2004a). Mas as contribuições freudianas para refletir sobre a sociabilidade articulada às problemáticas do capitalismo não passaram despercebidas pelos seus seguidores, tais como o grupo dos denominados freudomarxistas, Bernfeld, Fenichel, Reich e Fromm, marcados, inclusive, pelo desfecho da Segunda Guerra Mundial e suas consequências. Tornam-se frequentes as teorizações em que os psicanalistas buscam construir instrumentos que servem como operadores para pensar não só a sociedade e a cultura, mas o modo de produção capitalista. Entra em cena a dimensão política muitas vezes silenciada na psicanálise. Realizam-se debates, não sem polêmicas, no próprio campo psicanalítico sobre a pertinência desta discussão. Excluir a presença da política na clínica, na análise social ou na análise das instituições, inclusive das instituições psicanalíticas, teve consequências para a psicanálise. Os argumentos dessa exclusão são de que a psicanálise não tem recursos teóricos para tal análise, o que já contestamos acima, ou de que a abrangência do termo cultura é exclusiva ao campo das artes, o que passamos a discutir.

Em *O Futuro de uma Ilusão*, Freud (1927/2004d) expressa sua recusa em distinguir *Kultur* de *Zivilisation*. Tal recusa aponta um posicionamento fundamental do criador da psicanálise, cujo sentido é elucidado por Mezan(1997):

Tradicionalmente opõem-se os termos de cultura e civilização, este designando a dimensão material da vida social (produção dos bens essenciais à sobrevivência do grupo) e aquele a dimensão espiritual, que se manifesta na religião, na arte, na ciência, na filosofia, como outras grandes formações culturais. Ao recusar-se a ratificar esta divisão artificial, Freud entende situar-se numa perspectiva em que ambas se articulam entre si, pois em conjunto constituem o índice que diferencia os homens dos animais (p. 482-3).

Descritivamente, os ‘dois aspectos’ da civilização, a organização social e o universo das representações coletivas, apresentam-se como diferentes, mas, na verdade, estão intimamente relacionados. Ou seja, o modo como os homens organizam sua vida social, a maneira como produzem os bens para viver, tudo isso está articulado à forma como representam a si mesmos e aos outros.

Será na superação da dicotomia entre o social e o psíquico e na recusa em patologizar determinados processos psíquicos que Freud avança na proposição da construção de um novo campo de conhecimento. Um exemplo de como tais concepções se articulam de modo bastante particular é quando o autor se arrisca a falar da guerra sem se limitar a relacionar a questão “aos impulsos” de um só sujeito, como o convite de Einstein sugere em *Por que a Guerra?*. Ele debate o tema como uma questão que reflete tanto às pulsões de todos os homens, quanto à política de um Estado (Freud, 1933/2004b, pp. 187-198).

Destacamos esses momentos, entre outros da obra de Freud, para demonstrar que a articulação entre sujeito e sociedade faz parte da trama teórica e clínica da psicanálise. Consideramos, com Plon (1999), que, apesar das oscilações de Freud quanto à pertinência dessas análises, ele visava, de um lado, desenvolver pontos obscuros em sua teoria e, de outro, testemunhar o seu conhecimento da irreducibilidade epistemológica da psicanálise a outras ciências, como também, evitar restringir o seu alcance.

Lacan

Tudo indica que essas mesmas posições são sustentadas pelos pós-freudianos, e principalmente por Lacan. Roudinesco (1994) destaca três dispositivos utilizados por Lacan em sua crítica da sociedade, distribuídos nos registros do simbólico, imaginário e real: o mito edipiano, como o fundador das sociedades modernas; a função da identificação, como presente na *Psicologia das Massas*, para análise da formação dos grupos, instituições e sociedades; por fim, neste século, o advento do *sujeito da ciência*, fenômeno fundamental, segundo Lacan, cuja irrupção foi evidenciada no nazismo.

De forma sucinta, podemos entender que Lacan avança nesse sentido quando nos indica que o sujeito é efeito do significante e do campo simbólico. De certo modo, coloca-nos diante do cuidado em

não nos alienarmos, enquanto psicanalistas, naquilo que se insere no contexto sócio-histórico. Em *Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise*, Lacan (1953/1998) nos diz: "Como poderia fazer seu ser o eixo de tantas vidas, quem nada soubesse da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico?" (p. 322). É preciso, pois, atentar para a subjetividade de seu tempo ou para que "se conheça bem a espiral a que o arrasta sua época na obra contínua de Babel, e que conheça sua função de intérprete na discórdia das línguas" (p. 322). Para ele, "o inconsciente é a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade do seu discurso consciente" (p. 260). Assim, há uma extrapolação do conceito de discurso para além da fala, algo que viria não só do sujeito, mas também do social. Nesse texto, a ideia de *discurso* é tratada como algo que influencia tanto a economia psíquica do sujeito (sua fantasia, seu desejo e as formações de seu inconsciente), como a relação com os outros sujeitos.

Na *Proposição de 9 de outubro de 1967*, ele nomeia de psicanálise em extensão "tudo o que resume a função de nossa Escola como presentificadora da psicanálise no mundo" (Lacan, 1967/2003a, p. 251) e de psicanálise em intensão "a didática, como não fazendo mais do que preparar operadores para ela". Em 1971, em *Ato de fundação*, Lacan (1971/2003b) destaca a importância necessária em articular psicanálise e ciências afins. Enfatiza a possibilidade de trocas entre os campos de conhecimento, tanto no que diz respeito a algumas ciências servirem ao esclarecimento da psicanálise, como naquilo que a psicanálise pode servir como inspiração complementar a estas mesmas ciências.

Portanto, o discurso pode ser considerado como correspondente àquilo que possibilita o laço social e que se dá dentro do campo da linguagem. Afinal, sendo o inconsciente estruturado como uma linguagem, tal como Lacan conceitua em 1953, podemos dizer que a consequência é que o laço social também o seria. Assim, a lógica do significante ordena tanto o sujeito como as relações entre sujeitos, ou seja, o social.

No seminário *O Averso Da Psicanálise*, Lacan (1970/1996a) passa a priorizar a definição de discursos como aparelhos de linguagem que estruturam o campo do gozo. Os laços sociais são laços discursivos que dizem respeito à relação do sujeito com o semelhante, com o Outro e com seu gozo. Ou seja, trata-se de incluir na relação entre sujeitos o que escapa à especularização, o que escapa à intersubjetividade. Essas modalidades de laço discursivo se articulam às três impossibilidades já apontadas anteriormente por Freud: governar, educar e psicanalisar. A elas, Lacan acrescenta uma quarta: a impossível complementaridade na relação sexual entre homens e mulheres, evidenciada pelas histéricas.

A pretendida posição de subversão da psicanálise não é algo intrínseco à sua teoria ou à sua clínica e por isso requer constante reflexão sobre suas implicações sociais e políticas. A psicanálise foi transgressora ao escutar como sofrimento, e não como loucura, os sintomas histéricos das mulheres que à época encontravam seu destino final nos hospícios. Teve, para isso, que confrontar o seu discurso com os discursos morais e científicos predominantes na época. Entendemos que continuar confrontando os discursos atuais é essencial. No entanto, esse caminho só será legítimo se utilizarmos os recursos da psicanálise e, para ler criticamente esses discursos, partirmos da escuta e interpelação daqueles que encontramos nas instituições de saúde, de assistência ou de justiça, nas ruas e nas comunidades marginalizadas. A partir destas margens é que pensamos ser possível continuar a avançar na psicanálise.

Parte 2- O sofrimento sociopolítico e a clínica psicanalítica

Na primeira parte realçamos brevemente as orientações de Freud e de Lacan na articulação da psicanálise com a dimensão sociopolítica e mapeamos algumas concepções do que se entende pela dimensão social na psicanálise. Nesta parte vamos apontar o desdobramento dessas concepções na clínica psicanalítica.

A clínica-política

Trabalhar as questões referentes às intervenções psicanalíticas decorrentes de tais elaborações, embora nos pareça fundamental, nem sempre é levado a cabo. Pensamos ser indispensável situar o reconhecimento da clínica em sua vertente política, reconhecendo a política onde se faz clínica.

Como nos lembra Caterina Koltai (2012), a concepção lacaniana de que *o inconsciente é social* teria permitido explicitar ainda mais o que já estava no texto freudiano; ou seja, que o sujeito é, por definição, marcado pela história, e não pode ser pensado apenas a partir da relação com seus pais. A autora defende que a psicanálise não é só uma terapêutica do sujeito, mas uma teorização da relação dele com o mundo, o que faz com que as transformações sociais interessem tanto à teoria psicanalítica, quanto a sua prática (Koltai, 2012).

Desde Freud sabe-se que a psicanálise lida com a relação tensa entre indivíduo e sociedade. Trata-se de resgatar a radicalidade da proposta psicanalítica e ressaltar o caráter ético e político dessa escuta, trazendo contribuições à clínica e elucidando aspectos referentes ao sujeito em desamparo social e discursivo (Rosa, 2002). Sob esta perspectiva é necessário pensar, de um lado, nas formas de alienação do sujeito que se situa nas bordas do funcionamento social e, de outro, no impasse ético-político do psicanalista nessa cena, ou seja, como ele se posiciona na cena política que produz a desigualdade social (Alencar, 2011).

Localizamos aqui o cerne da resistência do psicanalista à escuta do sujeito. Essa escuta esbarra no horror do confronto com o estranho [*Unheimlich*], tal como tematizado por Freud (1919/2006), como o encontro com algo estranhamente familiar e conhecido do próprio sujeito, que se alienou pelo recalque. O efeito de estranhamento é provocado quando o recalque retorna e sua presença se faz avisar pelo afeto de angústia [*Angst*]. Confrontado com sua própria estrutura fantasmática e com os impasses frente ao sofrimento de origem sociopolítica, sobrevém a resistência do analista, tal como apontado por Rosa (2002):

Tomar esse outro como um sujeito do desejo, atravessado pelo inconsciente e confrontado com situações de extremo desamparo, dor e humilhação, situações geradas pela ordem social da qual o psicanalista usufrui – é levantar o recalque que promove a distância social e nos permite conviver, alegres, surdos, indiferentes ou paranoicos, com o outro miserável.... Nessas situações, a escuta supõe romper com o pacto de silêncio do grupo social a que pertencemos e do qual usufruímos; usufruto que supõe a inocência, a ignorância sobre as determinações da miséria do outro e a reflexão sobre a igualdade entre os homens, quando, de fato, o que fazemos é excluí-los (p. 44).

Esse entrelaçamento do psíquico e do social, assim como a posição do analista, propicia a condição de escuta dessas pessoas. Entendemos que se trata da clínica-política, pois aborda duas faces: a face do sujeito no contexto sociopolítico e a do questionamento da ética desse contexto que gera não só sintoma, mas a desarticulação subjetiva impeditiva da construção do sintoma.

Pode-se dizer que o psicanalista escuta o sujeito quando não o confunde com o modo, muitas vezes degradado, no qual ele é apresentado no laço social. Laço, nesse caso, marcado por preconceitos de classe, raça, gênero e cultura. Tais preconceitos levam ao sofrimento para além da dor de existir, ou dos padecimentos neuróticos ou psicóticos. Ainda, esses preconceitos lançam o sujeito ao desamparo discursivo, como veremos a seguir.

Sofrimento sociopolítico e desamparo discursivo: as artimanhas do poder e a alienação estrutural ao discurso do Outro

As intervenções psicanalíticas desenvolvidas junto a sujeitos submetidos a violências em suas diversas formas (exclusão social, pobreza, racismo, indiferença, humilhação, imigração forçada, exílio) remetem ao cenário social, político e cultural em que os sujeitos se constituem e dos quais sofrem as incidências. Incidências presentes tanto na constituição do sujeito, como nas estratégias políticas de destituição do sujeito. Nesse cenário, nem todos pagam o mesmo preço pela civilização.

Na perspectiva psicanalítica, os laços sociais têm seu fundamento na linguagem que inaugura a entrada do homem na cultura e remete à condição constitutiva do homem e da civilização. A partir desse ponto são laços discursivos (Lacan, 1964/1996b), ou seja, materializam-se nos modos de relação em um dado tempo e lugar. Laços que inserem o sujeito simultaneamente no jogo relacional, afetivo, libidinal e também no jogo político, pautando a construção da história de cada um, inserida no campo discursivo de seu tempo. Os discursos que circulam num dado tempo indicam os modos de pertencimento possíveis para cada sujeito, atribuindo, a cada um, valores, lugares e posições no laço.

A tese desenvolvida por Rosa (2016) é de que esses discursos procuram equiparar-se ao campo simbólico da cultura e da linguagem, naturalizando essas atribuições e evitando dar visibilidade aos embates sociais e políticos presentes na sua base. A invisibilidade dos conflitos gerados no e pelo laço social recai sobre o sujeito, individualizando seus impasses, patologizando ou criminalizando suas saídas.

Os efeitos alienantes baseiam-se na sustentação de um equívoco na relação social, na relação com o outro, que autoriza a veracidade e relevância do que é dito sobre o sujeito. Referimos aqui ao poder que instâncias como o poder jurídico, religioso ou político tem para legitimar ou negar a experiência e o testemunho de cada um. Como esclarecem Cerrutti e Rosa (2008), o campo jurídico estabelece posições definidas – muitas vezes definindo *a priori* vítimas e culpados – em um discurso que opera na gramática do registro do imaginário, no qual as palavras são tratadas como imagem e assim fixadas em uma certeza absoluta. Ao supor que detém as ferramentas necessárias para que o sujeito alcance o seu bem-estar, o discurso jurídico acaba por excluir o caráter enigmático do desejo. E isso por sua conduta se pautar no corolário de um eu ideal, isto é, corolário desse outro imaginário.

Este discurso social apresenta-se como emissário de uma verdade e de um valor a-histórico e apolítico. No entanto é carregado de interesses políticos e econômicos, pautados na manutenção da ordem social específica que representa. O discurso social predominante na atualidade é aquele referido à lei do mercado, regido por uma voracidade obscena e interessado na manutenção sociopolítica, e convertido em práticas sociais e em políticas públicas.

Pois bem, o equívoco alienante que provoca é apresentar-se como se fosse o *discurso do Outro*. Este discurso, composto no campo da linguagem pelo conjunto dos significantes, poderia alojar no sujeito várias significações, interpretações da realidade, versões de sociedade, valores e incluir seu desejo e singularidade (Rosa, 2016). O discurso social pretende, para aumentar a sua eficácia, recobrir por inteiro o *real*, apresentando-se ao sujeito como Outro consistente/não-castrado, sem espaço para o enigma, para a singularidade, para a polissemia da palavra. Com a potência adquirida por passar-se por *discurso do Outro* e por sua pretensa dimensão simbólica, o discurso social captura o sujeito em suas malhas, seja na constituição subjetiva, seja nas circunstâncias que promovem a destituição subjetiva.

Apresentado como *discurso do Outro*, um discurso hegemônico e universalizado desaloja o sujeito da sua história pessoal, sociocultural e política, desarvorando-o de seu lugar discursivo, do lugar a partir do qual ele fala. Constatamos o apagamento da força discursiva dos que estão submetidos ao discurso social hegemônico. Aliado ao desamparo social deparamo-nos com o *desamparo discursivo* a que são lançados aqueles que ocupam lugar de dejetos no campo social e sobre os quais incidem discursos alienantes e identitários que os criminalizam e os patologizam.

Desamparo [*Hilfflosigkeit*], em Freud, ganha centralidade na segunda teoria da angústia, na *Conferência XXXII, Angústia e Vida Pulsional* (1933/2004a), em que se articula com a angústia e com a dimensão do traumático. O conceito trata da experiência estruturante do sujeito, relacionada à ausência ou falta de amparo, referida primeiramente aos primórdios da existência humana. O bebê por sua imaturidade orgânica e psíquica é inteiramente dependente dos cuidados de outrem e incapaz de sobreviver sozinho, o que ocasiona a entrada do sujeito na linguagem pela via do desejo do Outro. Na sua constituição o sujeito tece bordas em torno do real, tecidas a partir do desejo do Outro e da transmissão da cultura pela via da linguagem. Bordas que protegem da angústia e do trauma. Mas a marca do desamparo está sempre presente remetendo à dimensão trágica da existência, ao vazio estrutural que habita o sujeito, ao real de sua falta-a-ser e se evidencia quando são retiradas as coordenadas simbólicas que sustentam o sujeito. A dimensão traumática refere-se àquela experimentada como um excesso de tensão vindo do exterior, aliado a uma falta de recurso do sujeito para responder a tal excesso.

Além desta dimensão da constituição do sujeito, a violência e a exclusão política e social caracterizam situações de precariedade e desproteção sociopolítica. Mário Pujó (2000) nomeia de *desamparo discursivo* a fragilização das estruturas discursivas que dão suporte ao laço social, laço esse que rege a circulação dos valores, ideais e tradições de uma cultura, resguardando o sujeito do real. O conceito desamparo discursivo é retomado por Miriam Debieux Rosa (2002) para articular o sujeito a modalidades de discurso social e político que promovem o seu desamparo. Quando há

desqualificação de seu discurso, soma-se ao desamparo social do sujeito, o desamparo discursivo; ou seja, ele é inteiramente culpabilizado por sua condição social-pluri-determinada. Sem endereçamento possível ao Outro, o sujeito silencia e é lançado ao não senso e à dificuldade de reconhecer, ele mesmo, seu sofrimento, sua verdade, seu lugar no laço social e no discurso. Esta condição desarticula o sujeito de sua ficção fantasmática, afeta seu narcisismo e o remete à angústia frente ao desamparo que perpetua a condição traumática.

O apagamento da força discursiva incide sobre o sujeito. Os seus sofrimentos são administrados politicamente, discursivamente, como apresentamos, com repercussões sobre o narcisismo, as identificações, o luto e afetos tais como o amor, o ódio, a ignorância e a culpa.

Produz-se o silenciamento, muitas vezes advindo do abalo narcísico que lança o sujeito à angústia, ao vazio e ao furo constitutivo que o habita. Processa-se a perda do laço identificatório com o semelhante e a desarticulação de sua ficção fantasmática. Sem lugar no discurso, desprovido da função polissêmica da linguagem, o sujeito vê-se impossibilitado de dar contorno simbólico ao furo, ao *trou* que o habita, sem poder construir o sintoma e uma demanda (Rosa, 2016).

É nesse sentido que podemos falar em uma clínica psicanalítica advertida da incidência dos discursos políticos, que estabelecem relações de poder e de governança especialmente devastadores sobre os excluídos. Nessas circunstâncias, a clínica encontra uma primeira direção: separar a alienação estrutural do sujeito ao discurso do Outro, da alienação ao discurso social e ideológico.

Essa alienação e enredamento podem ser elucidados pela via da historicização dos laços sociais em certos grupos sociais, o que se dá pelo resgate da memória na e pela experiência compartilhada. Nesse resgate, a psicanálise tem muito a contribuir, construindo ou realçando táticas clínicas que remetem tanto à posição desejante do sujeito, como às modalidades de resistência a tais processos de alienação.

Para tanto, torna-se imperativo atentar para os processos de produção de esquecimentos e apagamento da memória com os quais, muitas vezes, a comunidade psicanalítica compactua. Nesse sentido, o silêncio e a escassez de pesquisas psicanalíticas sobre a negritude e o racismo é um caso emblemático. Tanto pela quase inexistência de pesquisas sobre um tema relacionado à vida de mais de 70 milhões de brasileiros com ascendência africana (Munanga, 2004), como pelas diversas modalidades de apagamento dos poucos escritos sobre a subjetividade articulada à desigualdade racial (Musatti-Braga, 2015).

A escuta psicanalítica e a dimensão sociopolítica do sofrimento

A preocupação em construir uma clínica com os sujeitos desamparados do ponto de vista discursivo, para usar as palavras de Pujó (2000) ou de Rosa (2002) se faz indispensável, ainda mais num país pautado pela desigualdade social e racial como é o nosso. Embora tal preocupação esteja muito longe de ter se constituído como predominante na psicanálise brasileira, ela foi sustentada por alguns grupos de psicanalistas. Mas o seu avanço foi alavancado pela psicologia institucional a partir das reflexões da reforma psiquiátrica que apresentou a modalidade clínico-política que avançou na direção da circulação do sujeito na cidade, ao seu modo singular.

Um dos debates na psicanálise importantes nesse campo foi promovido pelo grupo *Sexto Lobo*, sobre o que denominava de *clínica do social*, que visava criar condições para quem pretendia intervir discursivamente no sintoma social, segundo a ética da psicanálise. Em 1989, o grupo realizou o seu primeiro encontro na clínica de atendimento psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e apresentou esta consigna, resultando em uma publicação de suma importância em que se defendia a possibilidade de uma *intervenção clínica* que seria compatível com a ética da psicanálise na abordagem do *sintoma social*.

Nessa publicação o grupo *Sexto Lobo* nos apresenta a concepção de *sintoma social* em que se ancora: "Não existe uma psicanálise do individual e outra 'aplicada' ao sintoma social. Pois o sintoma é sempre social... o que chamamos de individual, a singularidade, é sempre o efeito de uma rede discursiva, que é a rede mesma do coletivo" (Calligaris, 1991, p. 12).

Para Souza (1991), o sintoma social, assim como o sintoma do sujeito, é sustentado por uma fantasia. Importantes debates se travaram sobre as dificuldades de um trabalho nesta dimensão. Embora o grupo tenha se dissolvido, o debate gerou frutos.

A psicanálise expandiu seu campo de intervenção e entrou nas instituições de saúde mental e mesmo de saúde em geral, geridas pelo Estado ou por ONGs, e ocupou espaços diferentes dos consultórios particulares, como SUS, SUAS, CAPS e hospitais-dia. Diferenças que se devem tanto pela ligação destas instituições ao discurso das políticas públicas de saúde, como por atenderem outro seguimento da população. No Brasil, diferentemente de outros países onde a utilização desses serviços se dá de maneira ampla, o serviço público está associado à parcela pauperizada da população que não tem acesso aos serviços particulares, considerados de melhor qualidade.

Além das experiências de atendimento psicanalítico articuladas à área da saúde, outros campos se abriram. O saber da psicologia é convocado a articular-se com o discurso jurídico para resolver impasses de várias ordens, tais como a assistência às famílias em situações de litígio ou violência ou outras questões como as adoções e a assistência às crianças institucionalizadas. Também é chamado a intervir juntos aos adolescentes em conflito com a lei e aos impasses educativos e criminais nesse campo. As instituições educacionais demandam ao psicólogo ou psicanalista o seu saber – como educar, como ensinar, como disciplinar... Além disso, ele é demandado em situações de violência, em acidentes naturais ou gerados por descaso público, ou, atualmente no Brasil, na questão da imigração e refúgio. Foram desenhadas várias experiências de intervenção junto às comunidades nas quais o poder público está ausente – lá onde o sofrimento do sujeito se dá a ver, lá estão os psicólogos, muitos deles psicanalistas.

Foi preciso avançar na proposição para ousar construir um modo próprio de fazer clínica diante das questões e dos pacientes que se apresentavam. Avançar na proposição teórica e nas estratégias técnicas. E o avanço não seria possível sem superar, como já adiantamos, uma dicotomia e um recalque: a questão da política na psicanálise.

Os casos que se apresentam para os psicanalistas na clínica-política são diferentes, em vários aspectos, daqueles de pacientes encontrados nos consultórios. Distintos, particularmente, quanto à face sociopolítica do sofrimento e, algumas vezes, quanto à falta de uma demanda de intervenção psicanalítica ou mesmo psicológica, substituída por aparentes demandas objetivas voltadas para as carências materiais.

Nessas circunstâncias, consideramos importante ressaltar o que entendemos por *psicanálise implicada*: aquela que escuta o sujeito ali onde só aparecem inicialmente os modos de alienação em que ele é capturado e enredado pela maquinaria do poder. A perspectiva que apresentamos é de que nos mantemos na esfera da clínica, não sendo nem psicanálise aplicada, nem clínica do social, nem psicanálise em extensão, mas uma clínica do sujeito no laço social, uma prática psicanalítica clínico-política (Rosa, 2016).

Considerações finais

Entendemos que a escuta psicanalítica dos sujeitos que ocupam lugar de dejetivo no campo social seja por exclusão econômica, por etnia, por gênero, por religião etc., deve considerar os efeitos dos discursos sociais e o modo como operam nas relações de poder e de governança sobre esses “excluídos”. Nessas circunstâncias a direção da escuta será separar a alienação estrutural do sujeito ao discurso do Outro, da alienação ao discurso social e ideológico. Assim, ela constrói ou realça táticas clínicas que remetem tanto à posição desejante, como as modalidades de resistência a tais processos de alienação. Dentre os efeitos destes discursos está o desamparo discursivo em que se processa a perda do laço identificatório com o semelhante e a desarticulação de sua ficção fantasmática.

A prática clínico-política depara-se com a questão da angústia e do luto em sua face política (Alencar, 2011). A angústia nestes casos apresenta-se não como manifestação sintomática (caso da angústia neurótica em Freud), tampouco como fuga, mas como um tempo no qual o sujeito custa a se localizar e que, por esta razão, é vinculado ao sentimento de estranheza, o *Unheimlich* freudiano (Rosa, 2016). A angústia surge justamente quando não há distância entre a demanda inconsciente e a resposta do Outro. O psicanalista opera na produção desse distanciamento e em barrar o gozo do

discurso sem furo, mesmo e principalmente nos casos em que o sujeito não construiu uma resposta metafórica, um sintoma por meio do qual possa falar de seu sofrimento e endereçar uma demanda (Rosa, 2016). O silêncio, a dor e a falta de uma demanda são as vicissitudes do psicanalista nesta clínica.

A direção possível de tratamento, a sua ética e política nestas circunstâncias baseia-se em restituir um campo mínimo de significantes. Deste modo o sujeito pode localizar-se e dar sentido à sua experiência de dor, articulando um apelo que o retire do silenciamento. Baseia-se também em transformar o *emudecimento traumático* em *experiência compartilhada* e em tornar possível a construção da posição de testemunha, transmissor da cultura, da história de sua terra (Benjamin, 1996; Hassoun, 1996). De outro lado a direção do tratamento visa barrar o gozo contido no discurso violento e identitário, que se apresenta como simbólico, e marcar a supressão de qualquer participação neste gozo.

A clínica convoca o analista a tensionar, com sua presença estrangeira, o espaço entre enunciado e enunciação, abrindo espaço para a falta e a fala. No entanto, essa é uma meta e não ponto de partida. Meta que pode ser constituída de intervenções a partir do modo em que esse sujeito está inserido no laço social, na relação com o outro; a partir da sua posição discursiva, da modalidade de angústia que apresenta. Dependendo disto, algumas vezes falamos com ele, outras o acompanhamos nas trajetórias pela cidade, outras procuramos com ele seus pares e apoios afetivos, outras o escutamos no divã.

Estas são algumas entre muitas estratégias que visam provocar o rompimento da alienação e possibilitam ao sujeito redesenhar uma ficção de si mesmo e do outro, na produção de um lugar discursivo que promova uma posição de fala. Tais estratégias de intervenção são modos de enlaçar uma palavra perdida, à deriva, para a recomposição de uma trama ficcional que protege da difícil presença do *real*. Deste ângulo, há situações em que o espaço público, seja na rua ou nas instituições, é o lugar privilegiado de um trabalho analítico onde se pode autenticar outra posição para o sujeito. A prática psicanalítica clínico-política exige intervenções não convencionais e uma posição de invenção do psicanalista na direção da polissemia da palavra

Concluindo, por mais que se considere o sintoma como social, nem sempre a clínica é política. Para que ela o seja, na nossa perspectiva, é preciso escutar o sujeito e interrogar a modalidade de laço social que o enreda (Martins, 2015).

A questão que se coloca para o psicanalista refere-se a poder sustentar a perda da ilusão e do gozo de usufruir acriticamente da cultura recebida, convicto de que ela garante a proteção de todos, negando a presença cotidiana da violência. O psicanalista de seu tempo está devidamente prevenido sobre as políticas da felicidade e sobre as artimanhas do gozo em imiscuir-se acriticamente na história e no laço social.

Referências

- Alencar, S. L. S. (2011) *A experiência do luto em situação de violência: entre duas mortes* Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Benjamim, W. (1996). *Magia e técnica, arte e política* (S. P. Rouanet, trad.). São Paulo: Brasiliense.
- Calligaris, C. (1991). Liminar. In L. T. Aragão, C. Calligaris, J. F. Costa, & O. Souza. *Clínica do social: ensaios* (pp.9-15). São Paulo: Escuta.
- Cerrutti, M. Q., Rosa, M. D. (2008). Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 8, 1047-1076.
- Estevão, I. R. (no prelo). *Sobre a universalidade na psicanálise: um estudo da teoria freudiana do complexo de Édipo*. São Paulo: Ed. Escuta (previsto 2017).
- Freud, S. (1997). Tótem y tabu. In *Obras completas* (Vol.13). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1913).
- Freud, S. (1998). Fragmentos de análisis de un caso de histeria (Dora). In *Obras completas* (Vol. 7). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (2001). Psicología de las masas y análisis del yo. In *Obras completas* (Vol. 18). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (2004a). Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis. In *Obras completas* (Vol. 22). Amorrortu: Buenos Aires. (Trabalho original publicado em 1933).
- Freud, S. (2004b). Por qué la guerra? In *Obras completas* (Vol.22). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1933).

- Freud, S. (2004c). El malestar en la cultura. In *Obras completas* (Vol. 21). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2004d). El porvenir de una ilusión. In *Obras completas* (Vol. 21). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1927).
- Freud, S. (2005). La interpretación de los sueños. In *Obras completas* (Vol.4). Buenos Aires: Amorrortu. Trabajo original publicado em 1900).
- Freud, S. (2006). Lo Ominoso. In *Obras completas* (Vol.17). Buenos Aires: Amorrortu. Trabajo original publicado em 1919).
- Hassoun, J. (1996). *Los contrabandistas de la memoria*. Buenos Aires: Ediciones De La Flor.
- Koltai, C. (2012). O inconsciente seria politicamente incorreto? *Reverso*, 34(63), 33-43. Recuperado em 12 de abril, 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952012000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Lacan, J. (1996a). *O seminário 17. O avesso da psicanálise* (A. Roitman, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1970).
- Lacan, J. (1996b). *O seminário 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (M.D. Magno, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.(Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (2003a). Proposição de 9 de outubro de 1967. In *Outros Escritos* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1967).
- Lacan, J. (2003b). Ato de fundação. In *Outros escritos* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1971).
- Martins, A. S. (2015). Clínica sem política. *Correio da APPOA*. Recuperado de http://www.apoa.com.br/correio/edicao/246/clinica_s_em_politica/214. Recuperado em 12 abril de 2016.
- Mezan, R. (1997). *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Munanga, K. (2004). Psicologia e racismo: uma autocrítica necessária. In M. V. Silva (Org.), *Psicologia e Direitos Humanos: subjetividade e exclusão* (pp. 89-94). São Paulo: Casa do Psicólogo/Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Musatti-Braga, A. P. (2015). *Os muitos nomes de Silvana: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Plon, M. (1999). A face oculta da análise leiga. *Revista Ágora*, 2(1), 91-108.
- Pujó, M. (2000). Trauma y desamparo. *Revista Psicoanálisis y el hospital*, 17, 20-29.
- Rosa, M. D.(2002). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Revista Textura*, 2(2), 42-47.
- Rosa, M. D. (2016). *Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento*. São Paulo: Ed. Escuta/Fapesp.
- Roudinesco, E. (1994). *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento* (P. Neves, trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, E. L. A., Tessler, E., & Slavutzky, A. (Eds.) (2001). *A invenção da vida*. Porto Alegre: Artes e Ofícios
- Souza, O. (1991). Reflexões sobre a extensão dos conceitos e da prática psicanalítica. In L. T. Aragão, C. Calligaris, J. F. Costa, & O. Souza. *Clínica do social: ensaios* (pp. 75-92). São Paulo: Escuta.

Recebido em 10/02/2017
Aceito em 03/07/2017

Miriam Debieux Rosa: professora livre-docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e atua na Pós-graduação em Psicologia Clínica. Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo na Pós-graduação de Psicologia Social.

Ivan Ramos Estêvão: Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades e da Pós-graduação de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo. Membro do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo. Membro do Laboratório de Psicanálise e Sociedade do IPUSP.

Ana Paula Musatti Braga: graduada em psicologia pelo IPUSP em 1990, mestre em psicologia clínica pelo IPUSP em 2001, doutor em psicologia clínica pelo IPUSP em 2016, membro do Laboratório de Psicanálise e Sociedade do IPUSP, desde 2004.